



# **A N A I S**

**do I Simpósio de Professôres de  
História do Ensino Superior em 1961**

**MARÍLIA  
1962**

**I SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA  
DO ENSINO SUPERIOR**

**(15 A 20 DE OUTUBRO DE 1961)**

Promovido pela Faculdade de Filosofia,  
Ciências e Letras de Marília, instituto  
isolado de ensino superior do Govêrno  
do Estado de São Paulo.

**MARÍLIA**  
**1962**

## 1. RELATÓRIO DO TEMA

(Na introdução, agradece o relator a confiança recebida dos colegas e frisa o perigo que o assunto traz).

As minhas primeiras meditações sobre o assunto, as minhas múltiplas consultas a respeito, as conversas e os não infreqüentes choques com outras concepções, tudo isso tendia à mesma conclusão: o problema da especialização, tal como se apresenta agora é um campo de justas, onde podemos ainda travar todos os torneios, uma vez que até agora nem há regras e costumes que se tenham imposto no país, nem há armas para nos combatermos e nem sabemos bem onde fica essa liça nem quais as delimitações exatas. Situação invejável para trancar o problema dentro de geladeiras, atrás das portas da coexistência oficialmente pacífica mas profundamente hostil, ou então, para travar um diálogo de surdos, por simples falta de entendimento sobre os termos que estamos usando. Entretanto não há de maneira alguma, tentação em mim de me apresentar como membro da triste associação dos "morituri vos salutant". Porque a minha fraqueza, que é a fraqueza de nós todos, torna mais fácil uma aceitação do esquema, das linhas de pensamento que eu queria, já, propor à cada um e que, fugindo deliberadamente à sutilidade ou originalidade de classificação, querem só a glória de serem claras e exequíveis. Não é dos arabescos da patinação de campeões ou das imprevisíveis tortuosidades de cavalaria estilo "haute école", que precisamos.

Para encontrarmos uma definição da especialização, muito depende do ponto de partida. Vez em quando ouve-se uma definição puramente negativa da especialização: tudo o que não é o curso geral dado pelo professor, é especialização, seja de tipo curso monográfico, seja de tipo pesquisa. Quer me parecer que a definição é muito semelhante à que o sofista dá na célebre cena do “Bourgeois Gentilhomme”, por Molière. “Tout ce qui n'est pas vers, est prose!” Nada impede Monsieur Jourdain de exclamar “Voilà quarante ans que je fais de la prose, sans le savoir”. Se não conseguirmos determinar um pouco melhor o que significa, positivamente, a especialização e, dentro dela, a pesquisa, os nossos alunos correrão o risco de terminar o curso com especialização da qualidade da prosa do burguês molieresco. Nas Faculdades onde funciona um ano, chamado de especialização, é êste que virá ao espírito; outros pensarão numa matéria determinada que é o objeto de sua própria especialização ou ainda, no acervo de livros que se encontram ou deveriam encontrar-se nas estantes das nossas bibliotecas. Logo, não é por espírito escolástico, mas antes, por pura necessidade, que se tentará uma determinação mais completa do conteúdo. Só depois é que poderemos insistir em algumas características, tais como necessidade e condições que a especialização assim entendida, acarreta. Por fim, exporemos o que nós achamos serem as respostas às perguntas práticas: quais são os estudantes que podem ou devem “especializar-se”; quais as matérias que podem ser objeto de especialização; mais concretamente, ainda, quanto tempo se deve consagrar à especialização. E' evidente e é de bom alvitre que todos êsses aspectos do problema sejam ventilados na mesa-redonda, e é de prever que a resposta às perguntas práticas não seja alcançada unânimemente, talvez só depois que, como diz Lucrécio: omne immensum peragravimus, mente animoque... Mais uma vez, peço-lhes a vênia da falta de originalidade e da pobreza de linguagem, alvejando unicamente a clareza da estruturação. Como ponto de partida, ponderamos: Independentemente do tempo dedicado à especialização; independentemente no momento no qual ela poderia iniciar-se; se es-

pecialização significa apenas assistir a mais aulas, restringindo-se o campo, mas conservando-se a mesma atitude de passividade, do lado estudantil, com veemência o afirmamos: não vale a pena começarmos. Não é inócuo reler, de vez em quando, as páginas onde Montaigne destrói o "bourrage de crâne". Tôda formação de especialista é, antes de mais nada, uma atitude de espírito, um outro rumo e método de trabalho, um outro olhar para as coisas. Tudo isso já nos conduz, se não a uma perfeita e completa definição, pelo menos a uma aproximação do que entendemos por especialização. Implica tempo consagrado, implica métodos a serem tentados e às vezes rejeitados, mas nunca considerados como mágicos, ficando o essencial: uma nova mente e uma nova capacidade, adquiridas gradativamente, e com as quais o candidato à história possa arrear e atacar, pessoal e diretamente, problemas históricos. Estreitar o campo de estudo não é o aspecto mais íntimo, mas é apenas uma condição deliberadamente tomada e muitas vezes lamentada. "Omnis comparatio claudicat", mas se comparar fôr preciso, dá-se aqui algo de paralelo à transição dolorosa da consciência de adolescente à de adulto. Até os 25, ou, se formos muito jovens de mentalidade, até os 30 anos, aceitamos implicitamente que as possibilidades da nossa vida são ainda numerosas, para descobrirmos, dêsse limiar, que temos de resignar-nos com uma só vida.

A especialização é como a vida; lamentavelmente, não temos mais do que uma. Se, num país que desabroche ou numa antiga terra, o ensino superior tem uma vocação própria, distinta da de escola normal, é essa, do contato direto com a história, não a feita, mas a que ainda fica por ser feita e refeita: tudo, do documento até a síntese.

Se logrei fazer-me claro, já posso dar o segundo passo na minha exposição, que é o de deduzir algumas características ou esboçar algumas exigências desta ciência de adultos que é a História. Refiro-me a três características a meu ver de suprema importância: a especialização deve ser gradativa, ela é necessária e, por fim, ela exige dadas condições de trabalho.

Gradativo, no meu pensamento, entende-se de duas formas. No sentido do tempo, como deve ser evidente por si mesmo, e também no sentido de que, embora ela nunca seja total, todos os graus que conduzem à perfeição já são apreciáveis e aproveitáveis. Permitam-me ser franco e sincero: queria confessar desde o início, que não concordo com a preparação para a pesquisa em um ano só. Da pura receptividade para o pleno rendimento não há transição brusca. São coisas de natureza diferente, e o único efeito que se vai obter se acumularmos durante três anos os conhecimentos amontoando e comprimindo-os cada vez mais na cabeça dos estudantes, não será uma robustez, um estalo de Vieira, uma estrutura espiritualmente atlética com a qual o jovem possa começar a movimentar-se da maneira de um pintinho que, fresquinho, saído do ovo, que continha toda a substância nutridora, logo trabalha, ativo, com pé e biquinho. Essa ovo-biologia não se aplica aos estudos universitários. O que então vamos provocar é uma indigestão. Os que têm grande poder de absorção vão acumular imensidade de coisas dentro da memória, órgão que vai hipertrofiando-se como o fígado da gansa, chega a proporções imensas pela hiper-alimentação. Somente, não almejamos uma produção de “pâté de foie gras” intelectual. Mas, se conseguirmos evitar aqui a Scylla ou rochedo infecundo das preleções só, não deve ser para nos deixarmos absorver pelos redemoinhos de Charybdis, neste caso, uma completa desordem, arbitrariedade e preguiça dos chamados “pontos de interesse e ativação a qualquer preço”.

E eis que se exige agora de mim um esboço de especialização gradativa. Sem prejuízo do debate sobre o currículo, eu vou expor com toda simplicidade como a entendo, se bem que não ignore que isto me expõe a várias objeções de ordem prática e teórica. Os que experimentaram seminários, consistindo na exposição de um livro ou artigo, por parte de um aluno, os outros escutando plàcidamente e “dando opinião”, depois, devem saber que o sistema não funciona. Não funciona, porque o aluno que expõe, seu esforço foi muito mais de tradução do francês ou inglês — se a obra foi escrita numa língua estrangeira, o

que ocorre a mais das vezes — do que esforço para pensar historicamente, e, sobretudo, porque os outros, não tendo lido o livro, são absolutamente incapazes de organizar um debate em torno dele. Nesses casos, “debates”, “atividade de alunos”, tudo isso é mera palavra. Não desvalorizemos o nome de seminários; chamemos essas coisas pelo nome delas: exercícios de resumo, ou de língua estrangeira, úteis, ninguém o nega, à formação geral do aluno.

O primeiro passo real, eu o chamaria de coleta de dados. Muitos dos estudantes vêm a nós, com a tácita convicção de que o livro didático contém a história e que só pormenores é que podem ser acrescentados. Que existe, além de imensas coleções que tentam, para uns anos (porque são logo superados) resumir e organizar os conhecimentos num só domínio; que existem, e aparecem inúmeros livros sobre alguns assuntos (para ficarmos no terreno da Antigüidade: quase ninguém ousaria agora fazer a bibliografia da literatura sobre os escritos do Mar Morto, embora o descobrimento date só de 1947); que existem, sobretudo, revistas especializadas onde se encontram as novas interpretações, as discussões dos pontos de vista e dos livros; tudo isto é para o novo aluno coisa da qual ele nem desconfia. E sabemos que, quanto mais limitado, mais seguro é o homem. E' necessário dar-lhes em primeiro lugar o choque ou, melhor, uma como vertigem, um atordoamento: mandar colher dados obrigando-os a classificá-los. E se forem meio desesperados com a lista interminável de dados, não é um grande mal; e se reclamarem que nossa biblioteca é muito deficiente, porque não tem nem livro nem artigo sobre um ponto que eles acharam muito importante, isso é um grande bem, tanto para o professor, que vai exigir melhores bibliotecas, com mais firmeza, da diretoria, como para o aluno que já sabe que não é tão simples pronunciar-se, tomar posição num determinado ponto. Vertigem então seja o primeiro passo salutar.

Mas é claro que o aluno deve, o mais cedo possível, transpor um outro limiar. O atordoamento não deve durar, do contrário, será logo fraqueza. O estudante deve ser obrigado, ao

meu ver, a fazer um “status quaestionis”, ou seja, chegar a uma exposição clara e simples do caminho percorrido pela ciência histórica, até esta hora, no que concerne um determinado e bem delimitado problema: pontos de vista válidos ou já superados, novas descobertas que vieram mudar a discussão, limites do acôrdo entre os historiadores. E’ a primeira síntese à qual vai ser obrigado o aluno, e creio não ser necessário insistir muito nesse ponto.

Uma terceira fase — aliás em parte ou inteiramente simultânea, se o professor assim quiser — é a da participação num amplo debate sôbre uma figura ou problema histórico. Não se trata mais de uma sessão de exercício, mas sim de uma série de sessões. Exemplificando, e desculpando-me por tirar exemplos do meu próprio curso: uma figura como Constantino Magno. Grande será o proveito dos alunos que vão ser indicados para se iniciarem um pouco na numismática ou na arte, tão expressivas, daquêle tempo. Os que ficam com as fontes literárias vão encontrar-se, inesperadamente, diante de tradições aparentemente contraditórias, no que diz respeito à chamada conversão do imperador. Outros descobrirão, pela primeira vez, provavelmente, que houve problemas de moeda desvalorizada, latifúndios abandonados, dificuldades econômicas enfim, que são típicas de uma sociedade complicada e posta em perigo. O resultado será que os estudantes vão sair daquele conjunto de debates com um pensamento adulto, matizado, diferenciado, global.

Sôbre o último passo não ousou falar muito, pois é o próprio trabalho pessoal e original, seja de licenciatura, seja na pós-graduação. Aí, o campo de trabalho é drásticamente restringido, mas escruta-se em profundidade. Mas uma discussão exaustiva sôbre pós-graduação, acho que foge à minha competência.

Mesmo os senhores mais benévolos para com a minha exposição vão com tôda certeza, achar que é chegado o momento de lembrar ao relator que êle deve tomar posição diante do problema dos cursos monográficos. A resposta, depois do que vem dito, não pode ser outra senão a seguinte: aplaudindo a introdução de tais cursos — com a condição de êles não suplantarem o curso básico, provisoriamente necessário — deveriam

ser relegados para os últimos anos de formação. Ali é que o estudante pode ver como o próprio professor está construindo e, possivelmente, resolvendo um problema histórico, ou como é que se concentram, ao redor de um núcleo, os vários aspectos da vida econômica, artística, etc. Mas deixemos os pormenores disso para amanhã.

Alonguei demasiado a exposição do conceito de especialização gradativa. Porém, quer me parecer que muitas discussões tornar-se-iam supérfluas, se aceitarmos esta primeira precisão. Prometo ser mais breve sobre as outras características que cumpre sublinhar: a necessidade da especialização e a dependência dela de certas condições imprescindíveis.

Tendo em vista que a iniciação à pesquisa ou especialização deve ser gradual, não hesito em afirmar que ela não é coisa optativa para a Universidade, e que suprimi-la é burlar o ensino superior de História. O fato de nós não podermos realizar em menos de dez anos aquela imensa tarefa não muda em nada esta verdade: a diferença fundamental entre uma escola normal e uma universidade consiste exatamente em que, no primeiro caso, o professor não tem que preocupar-se de testar, as fontes na mão, este ou aquele ponto; o ensino que o aluno-normalista recebe está, exclusivamente em função do aluno do primário. A Universidade, porém, foi, desde o comêço, também (e aqui, sou modesto, pois, deveria dizer, falando em determinados países e períodos) uma instituição onde se defronta com a pesquisa, sobretudo problemas. Das duas coisas uma: ou reconhecemos que nós e a própria lei está em êrro, e, inventando qualquer motivo que tem som simpático vamos fechar as nossas Faculdades e entregar a chave a diretores de escolas normais, ou, então, aceitamos que a própria medula do ensino universitário é conduzir a mocidade àquele contacto pessoal, ao encontro com a História que já frisamos. As duas coisas são simpáticas, perfeitamente defensíveis, mas é preciso escolher entre elas. Permitam-me citar umas linhas que o Professor H. Heimpel publicou, poucos meses atrás, sobre a questão. "A Universidade só é útil à escola (entenda-se, secundária) quando não fôr "escolasticada". A Universidade serve só a escola, quando fôr uma verdadeira Universidade. Falando em sim-

plificação, redução ao essencial e interrelação entre Universidade e escola, nunca pode perder-se de vista que isso não deve acarretar a exclusão definitiva de gente original, “sui generis”, e pesquisadores. (...) A culpa maior, na escolastização da Universidade cabe aos Professôres, muitas vêzes sem que êles o saibam. Conseqüentemente, o problema Universidade-escola é um problema humano e uma questão de auto-pedagogia dos professôres” (1).

Resta ver um aspecto característico e que achei necessário focalizar: o de que a especialização depende de certas condições básicas, inclusive materiais. As condições referentes ao professor, profissionais e outros, não tenciono enumerá-las aqui; podem ser ventiladas em outros momentos. Mas fica o problema do material. Aí, logo, pensa-se em arquivos; e inicia-se a lamentação sôbre a falta dos mesmos. Mas eu queria antes, insistir nas características da biblioteca. Já que a definição de pesquisa implica algo de gradativo, a biblioteca também não precisa ser completa para iniciar um curso de História como o entendemos. Mas ela deve, ao que parece, corresponder o mais cêdo possível às necessidades das duas primeiras fases da pesquisa: permitir o que eu chamei de coleta de dados e a redação de um “status quaestionis” de certo número de problemas para cada cadeira. Será, nesta altura, supérfluo ou indelicado convidar a um breve exame de consciência? O que fizemos, até agora, para levar ao conhecimento das autoridades competentes que estamos na necessidade urgente, para tôdas as cadeiras, e necessidade absoluta, para algumas de importar, importar diretamente, da Europa e dos Estados Unidos? Dependemos quase sempre da iniciativa de livrarias que, durante meses, suspendem as compras por razões cambiais que outros, mais entendidos que eu, podem compreender, mas que prejudicam terrivelmente a constituição de boas bibliotecas. Além disso, será verdade que é absolutamente impossível organizar um intercâmbio de catálogos de livros de uma Faculdade mais provida em livros especializados? Na

---

(1) — HEIMPEL, H., *Kapitulation vor der Geschichte?*, p. 48-49, Goettingen, 1960.

verdade, achamos o intercâmbio realizável, sobretudo se chegarmos a explorar melhor as possibilidades de microfilmes.

E com isto, chegamos aos arquivos, supostamente Meca e Éden de todos os estudos históricos. E' evidente que, nesse setor, São Paulo é melhor que Marília, e a Bahia provavelmente melhor que São Paulo, e Roma melhor que a Bahia. Mas não há razão nenhuma, em nosso século, para desespero, mesmo em lugares ou países novos. Posso citar que na biblioteca de Lovaina, duas vezes completamente carbonizada (em 1914 e em 1940), encontram-se, microfilmados, todos os manuscritos gregos, geórgicos e siríacos do fabuloso acervo do mosteiro secular do Sinái. Exemplo americano: sabe-se que uma universidade está microfilmando na biblioteca Vaticana, já faz anos. Muito modestamente, e citando isto só a título de provar que a coisa é possível: conseguimos trazer a Marília, microfichada, a coleção in 4.<sup>o</sup> de Monumenta Germaniae Historica. Se fôr preciso criar um comitê e um boletim de informação sôbre documentos microfilmados, primeiro dos arquivos brasileiros, depois, de coleções importantes no estrangeiro, criemo-lo: depende de nós. Um passo na direção certa é muito mais viril do que lamentarmo-nos eternamente de que o estado e o público não entendem os problemas dos historiadores. A enorme expansão dos estudos históricos, na América do Norte, é atribuída comumente ao fato dólar. Cumpre lembrar, porém, que as instituições e os particulares são muito mais generosos quando se apresentar algo de concreto e realizável. O nosso individualismo e um medo, quase pânico, de que um outro pudesse aproveitar o nosso trabalho, eis obstáculos muito maiores do que a pura e simples falta de verbas.

Com uma boa dose de confiança é que, nesta altura, ousamos responder às inevitáveis perguntas sôbre como concretizar tôdas aquelas opiniões dentro do ensino de História no Brasil. Estou consciente de que, se tinha ainda ilusões para a primeira parte da minha exposição, a esperança de me salvar agora com retórica é vã por completo. De fato, serão feitas as três perguntas que são outras tantas testes da viabilidade de que acabo de propor:

Especialização, para que estudantes? Em que matérias ou disciplinas? Quando iniciá-la? Estou compenetrado de que não mais tenho o direito de acusar, sucessivamente, o ensino secundário, as leis do ensino, o governo — enfim, todos os outros, fora de mim. O espírito do nosso Simpósio não é o de ostentação, de atitudes dramáticas onde talento fácil substitui o trabalho eficiente. Pois bem, aceitando que se pode discutir muito sobre certas formas e certos limites do que vamos propor sucintamente, não achamos que podemos afastar-nos das seguintes diretrizes:

- 1) Todos os estudantes devem encaminhar-se no sentido de uma iniciação numa especialização.
- 2) Todas as grandes cadeiras devem ser capacitadas para oferecer certa especialização.
- 3) A especialização deve começar o mais cedo possível, sendo que o terreno no qual o candidato trabalha é muito mais amplo no começo, e vai se restringindo, ganhando o trabalho em profundidade, para chegar a uma verdadeira tese. Esse último passo, porém, seria para os melhores.

Para sustentar a minha primeira tese, poderíamos alegar as inúmeras universidades onde esse trabalho é parte integrante para obtenção do diploma. E' melhor, porém, chegarmos a uma conclusão pelo simples raciocínio, partindo de fatos conhecidos por todos, lembrando mais uma vez o que entendemos por especialização: uma aquisição gradativa de conhecimentos mais precisos, caracterizada por um contacto direto com as fontes da História, em vista de chegar a um trabalho sintético e pessoal, como última finalidade. Todos nós sabemos que os bons professores se distinguem por um certo cuidado, uma circunspeção para não esquecer um aspecto do problema, um como pudor diante da complexidade. E' fenômeno bem corrente, o do homem de conhecimento limitado, que faz as afirmações em altos brados. Ora, a pesquisa num campo de especialização, mesmo na primeira fase, a que chamamos da vertigem, dificulta muito aquela perigosa auto-suficiência. Se é verdade que Sócrates foi o mais sábio dos Gregos porque ele sabia que muito não sabia, temos a responsa-

bilidade de não mandar ensinar os nossos estudantes com a tranqüila consciência de que, com o exame passado e o livro na mão, a doutrina a ser ensinada está pronta para os vinte ou mais anos de professorado; seria sair da Faculdade, já fossilizado. Bem sabemos; nem todos vão alcançar grandes alturas, as águias são de número reduzido. Mas nada impede e muito aconselha que todos sejam obrigados a dar os primeiros passos, incluindo nisso vários “status quaestionis”. O que poderia vir além disso, como um eventual trabalho de licenciatura, é matéria de discussão, se bem que tome a liberdade de expressar minha opinião a favor da exigência de tal trabalho.

A minha segunda afirmativa, a de que tôdas as cadeiras devem ser capacitadas para proporcionar uma especialização, baseia-se nos mesmos princípios. Quanto à cadeira da História do Brasil ou mesmo da América, não há discussão. E' inútil ferir modéstias, citando nomes, de várias personalidades que já deram brilho à História nacional e que participam dêste certame. Acho necessário afirmar, mais uma vez, que sinto no meu dever de professor de História geral apoiar tôdas as iniciativas no sentido de aprimorar a História da América e do Brasil. E se o meu apoio carecer muito de competência comprovada, vou tentar substituir êsse defeito pela cordialidade sem restrições. Mas volto a afirmar que as outras cadeiras também devem ser amparadas, embora seja evidente que vão ter número muito mais reduzido de alunos e que há dificuldades a serem vencidas. Mutilar deliberadamente a curiosidade e o gosto de saber mais sôbre a multiplicidade das experiências de toda a humanidade e de todos os tempos, é mutilar o próprio homem. Todos os novos mundos de nosso planêta ou do nosso sistema solar não vão tornar menos empolgante a tentativa que outros fizeram, mesmo em tempos remotos, para alcançar uma dignidade de vida humana. Permitam-me citar a Austrália, país totalmente novo e, além disso, bem afastado dos países chamados antigos. Há pouco tempo recebi um catálogo de edições e estudos no campo de Orientalismo e soube assim da existência de uma série, chamada Abar-Naharaim, especialmente

interessada em pesquisa de “Árabe, Siríaco, Hebreu, paleografia e lingüística semíticas, junto a estudos arqueológicos e literários em matéria bíblica”. Queria saber porque se acha desejável, em Melbourne, começar estudos sobre coisas tão distantes, fora da realidade Australiana. Porventura, perderam êles o brio de ser um país novo? E que me seja permitido lembrar que um grande congresso sobre classicismo se realizou na Nigéria, em dezembro de 1957. Será que os Nigerianos estão se esquecendo do seu futuro Africano ao tomarem contacto com o pensamento e as instituições gregas e romanas?

A grande objeção vai ser a de que “gostaríamos imensamente, mas temos de ser realistas e confessar a nossa impossibilidade de praticar a História geral. Talvez, um dia, mais tarde, etc.” E assim vamos, sonhando sonhos suaves para mais tarde, dose forte de drogas soporíficas para não nos defrontarmos com a realidade que é a de que não temos a coragem de começar, e de que as novas gerações, e, talvez, já os nossos estudantes podem compenetrar-se do nosso receio de compararmo-nos à luz com os outros que poderiam parecer, por um tempo ainda, maiores que nós. O que propomos à reflexão dos Srs. colegas não é a pergunta se podemos alcançar, atualmente, o nível de certos institutos de pesquisa em certas universidades da Europa ou determinados seminários de Epigrafia pré-Arábica hiperespecializados, o que propomos à reflexão é se não seria a altura de dar o máximo apoio a todos os centros do país onde há possibilidade de desenvolver estudos sobre a História, inclusive a História geral. Evidentemente, não serão tôdas as faculdades, claro também que nenhuma delas poderá dominar a amplitude total do campo escolhido. Ao meu ver, e isto é o que deveria ser debatido, um grupo de trabalho ou uma comissão poderia ser designada para idealizar e, se possível, articular melhor uma mútua ajuda das cadeiras e das faculdades. Achamos que os cursos de pós-graduação devem ser pensados nesses termos. Endossamos, então, com entusiasmo o bom senso do Profesor Eurípedes Simões de Paula: economizemos os esforços, colaborando com tôdas as possibilidades.

Mais realista, falando em objeções, é a de lembrar a cruel deficiência de documentos para levar a cabo as pesquisas. Hoje em dia, porém, aquela deficiência é mais de iniciativa do que de possibilidade real. Já tivemos a ocasião de notar que as técnicas modernas de microfilmagem põem à disposição dos que sabem determinar exatamente quais os documentos que querem, tôdas as grandes bibliotecas da América do Norte e da Europa. Precisamos, sim, de boas obras de bibliografia e de referências; o mais depende da nossa decisão e da organização (qual a fórmula melhor: serviço único? acordos entre faculdades determinadas?) de um centro para encaminhar e distribuir os microfilmes. Se formos incapazes de nos organizar um pouco melhor, a falha é nossa; videant consules.

Chegamos ao fim da nossa exposição, onde terei de responder à terceira pergunta com um receio oriundo de dois lados. Em primeiro lugar porque sinto muito bem que me faltam experiências duradouras em direção da especialização. O meu consôlo e conforto é que, se tantos querem reformar, é de se concluir que muitos estão desiludidos. Por outro lado, pode parecer que vou pisar o terreno reservado ao último dia. Aí, devo protestar a minha intenção de não querer influenciar, além do imprescindível para esclarecer o que penso. Se a nossa exposição tiver carecido de um defeito, será do que consiste em esquivar problemas com palavras brilhantes, e não deixarei esta linha de conduta no último minuto.

A questão era a da distribuição da especialização ao longo do currículo. A lógica de toda a exposição permite só uma resposta: o mais cêdo possível. De fato, o douto auditório vai se lembrar que não concebemos uma especialização que, depois de cursos recebidos, ou engulidos, durante vários anos, saia duma vez na plena luz da pesquisa histórica, como uma Atena armada da cabeça de Jove. Que o aluno comece, pois, logo com os primeiros passos, ou seja, a coleta de dados bibliográficos ou informativos em torno de um ponto, fazendo em seguida um **status quaestionis**, se possível em mais de uma matéria, apreendendo aos poucos como se constrói a discussão em torno de um problema, tentando aproximações de vários lados, às vêzes com

várias técnicas e métodos, sob a direção do professor que, por sua vez, não pode deixar de lucrar com isso. Aí chegou a altura de pensar em trabalho original e pessoal, seja como remate da licenciatura, seja como preparação direta ao doutoramento. Sei que restam questões e pontos práticos, mas prefiro sejam lembrados ao debate.

Ao término do meu relatório, e, lançando os olhos atrás, fico impressionado pelas insuficiências da exposição. Poderia ter esboçado como se procede à especialização num ou noutro centro estrangeiro, com firmes tradições de pesquisa. Deveria ter tomado mais contactos com professores do país e ter indagado sobre os resultados que eles apontariam, com toda certeza, ou deficiências que deixariam adivinhar ou sugeririam. A minha desculpa é de que um país com grandes tradições de pesquisa pode esclarecer o caminho, mas a nossa tarefa mais urgente, "hic et nunc", é a de arrancar do início. No caso da segunda falha, poucos contestam que falhas há, não digo em todas as cadeiras ou em todas as faculdades, mas em número expressivo delas.

Permitam-me, então, ser malcriado e teimar em indicar pontos que eu queria ver em vias de realização, desde esta tarde, e apelando aos colegas que se manifestem a respeito:

- acabar com a confusão entre treinamento e pesquisa, mas reconhecer que estão ligados entre si.
- ajuda maior e mútua em matéria de textos dificilmente acessíveis, por meio de microfilmes, microfichas, etc., talvez também por meio de um boletim mimeografado ou servindo-se de uma revista já existente.
- entrosamento e mútuos acordos entre várias faculdades onde vigorar um curso ou direção de trabalhos num campo determinado: os estudantes teriam escolha maior e parece que, da parte legal, nada obsta.
- procura de contactos com grupos de trabalhos no exterior e melhores possibilidades para mandar os nossos alunos de valor estudar na Europa ou América do Norte.

Termino apelando para que, dentro do espírito que está sendo criado neste Simpósio, e que poderíamos já chamar "o

espírito Mariliense”, os expositores não se sintam unicamente objetantes, mas também, como já foi lembrado pela Professora Dra. M. Yedda L. Linhares, co-relatores.

CARL V. F. LAGA

da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília.

## 2 — EXPOSIÇÕES DE SIMPOSISTAS

### **Professora Cecília Maria Westphalen**

Concorda com o relator quando êle liga a pesquisa à especialização, pois especialista nada mais é do que pesquisador em campo determinado. Tranquiliza-se ao ouvir que não se cogita unicamente em formar professores: o desenvolvimento de um país depende do progresso científico, progresso êste fundamentalmente ligado à pesquisa.

E' de opinião que, para a licenciatura, é necessário um trabalho pessoal, baseado numa pesquisa pessoal. O treinamento para atingir isso deve começar o mais cedo possível, mas ser gradativo.

### **Professor Armando Souto Maior**

Investigando sobre a insatisfação manifestada pelo relator em matéria de seminários, pergunta se esta não seria devida a uma experiência ainda incompleta, feita, especialmente, numa Faculdade que não teve ainda o tempo para desenvolver tôdas as suas possibilidades.

Traz, à guisa de contribuição, o que se faz na Universidade de Pernambuco, onde a pauta se faz no princípio do ano, com assuntos escolhidos pelos estudantes e com indicações dadas pelo próprio professor. O aluno recebe assistência bibliográfica, mas, em compensação, obriga-se a redigir, por escrito, sua exposição. Os trabalhos são, obrigatoriamente, mimeografados e passados aos revisores (estudantes) antes da realização do seminário. O professor declara-se satisfeito com os resultados assim obtidos.

### **Professor Padre Emílio Silva**

Nada tendo a objetar, o professor acha que o relatório deveria ser completado exprimindo o desejo de se obter recursos, para as teses, dentro da Faculdade. Assim sendo, o professor pode padronizá-las e dirigí-las efetivamente.

### **Professor Paulo Pereira de Castro**

Salienta, em primeiro lugar, a necessidade da pesquisa nas faculdades. Se esta não se realizar, todos os graus do ensino, inclusive o primário, irão deteriorando-se depois de certo tempo.

Na sua opinião, os alunos devem enveredar na especialização, o mais cedo possível, mas opõe-se a que se escolha mais de um **curso** de especialização.

Na execução do programa, de determinado ano, as horas de exercícios — o professor rejeita francamente a palavra “Seminário” para indicá-los — podem se consagrar vantajosamente a textos que abrangem um período inteiro, ou que, pelo menos, irradiem além de uma fase dêsse período. Escolhendo um autor a ser analisado é preciso procurar o que êle tem de mais fecundo. Dessa maneira, a iniciativa do aluno será maior, e, sobretudo, mais pessoal.

### **Professor Eremildo Luiz Vianna**

Declara, desde o início, sua perplexidade diante da maneira de usar-se a palavra “pesquisa” com tanta desenvoltura, ao se falar em período de formação. Ao que lhe parece, formação é coisa bem distinta de pesquisa. Nem na Europa, pondera, nem na América do Norte, há especialização, digna dêsse nome, durante os anos de formação. Neles se faz um treinamento, sobretudo através do contacto bibliográfico, para a verdadeira pesquisa.

Insiste, de outro lado, o professor, em que no Brasil já existe um tipo de seminários, sem aspas, verdadeiros centros de estudos. O que se deve e se pretende fazer é trazer os seus resultados para as Faculdades novas e as que ainda não os têm.

### **Professor José Ernesto Ballstaedt**

Traz um depoimento de Minas Gerais, que consta de uma variedade de pesquisas concêntricas. No caso de uma antiga mina de ouro, fêz-se:

- 1.º Levantamento bibliográfico;
- 2.º Pesquisa nos arquivos;
- 3.º Levantamento da mina (cooperação da equipe geográfica);
- 4.º Reunião final dos professôres e estudantes, para coordenar os resultados obtidos.

O método traz, conclui o professor, uma atitude de pesquisa **realista**.

Em segundo lugar, o professor pede a atenção dos colegas para a reestruturação do currículo, aludindo às ânsias e desejos expressos pelos próprios alunos, que, para êsse fim, fundaram os Centros de Estudos Históricos.

### **Professor Fernando Sgarbi Lima**

O professor objeta ao relator a deficiência de contactos que êle teve com o que se passa, no Brasil, no campo em aprêço, e o seu empenho em querer transplantar normas européias a êste país.

Quanto à especialização, acha o professor que ela deve ficar reservada para o curso de pós-graduação, diante da impossibilidade de dá-la nas primeiras séries e do perigo que correriam as Faculdades de serem deturpadas em suas finalidades essenciais (formação de professôres). A ânsia de formar pesquisadores, o mais cedo possível, nas Faculdades, pode conduzir a uma produção de “bárbaros especialistas”.

O Instituto, proposto pelo Magnífico Reitor da Universidade do Brasil indica o bom caminho para os que desejam especializar-se.

### **Professôra Emília Tereza Alvares Ribeiro**

A Professôra queria sòmente completar o relatório em vários pontos:

a) achava urgente uma definição da “especialização”, cuja fase inicial a professora achava realizável, mesmo em História Geral, mas não na primeira série;

b) insistia na ligação, que achava orgânica, entre o professor e o pesquisador;

c) para a especialização em História Antiga e Medieval, o conhecimento do latim devia ser exigido, podendo o grego figurar como matéria optativa;

d) reagia, especialmente, contra a tendência de localizar a Europa como centro natural dos acontecimentos, nos tempos passados. O mundo muçulmano não pode ser esquecido;

e) queria exprimir a convicção de que já existem no Brasil seminários bem desenvolvidos, baseados em textos, com a participação ativa dos alunos.

#### **Professor Othelo S. Laurent**

O professor pede com muita insistência que seja feito, como consequência do Simpósio, um levantamento das possibilidades de especialização nos vários centros do Brasil. A Associação de Professores pode encarregar-se disso.

Lembra o professor que há organizações em pleno funcionamento, como o Centro de Estudos Históricos e o Centro de Estudos Históricos e Antropológicos, no Rio Grande do Sul, institutos auspiciosos para o desenvolvimento dos estudos históricos no Brasil.

#### **Professor Guy de Hollanda**

Pensa que, dentro do esquema de um currículo único, não há possibilidade para a especialização, sobretudo no que diz respeito à História Antiga e Medieval, que apresenta uma dificuldade lingüística particular.

No seu pensamento, a especialização é coisa a ser realizada nos anos de pós-graduação.

Apontando uma oportunidade de trabalho para formados em História, lembra o professor que a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro carece dêsses elementos.

Voltando à preferência já manifestada de dar prioridade às pesquisas no campo da História do Brasil, o professor reafirma a sua posição anterior mas frisa bem que não se trata de exclusão dos outros campos, mas sim de preferir aquele que oferece maior disponibilidade de material e, sobretudo, de preservar de destruição completa os arquivos brasileiros que estão sendo seriamente ameaçados.

Insiste o professor nos contactos que devem existir entre as faculdades, para que se informem mutuamente sobre as possibilidades existentes nos diversos pontos do país.

### **Professor Francisco José Calasans Falcon**

Discorda fundamentalmente da argumentação e das conclusões do relatório.

O relatório, segundo o professor, ressent-se da deficiência de ficar completamente desligado da realidade brasileira. Não se resolvem problemas brasileiros com a transferência de soluções européias.

Ultrapassado também é o conceito que o relator tem de países novos, acha o professor; não há termo de comparação entre a Austrália e o Brasil. Não importa discutir o que deveria existir, mas o que existe, realmente, aqui.

Opina o professor que é falho também o conceito que tem o relator sobre os recursos financeiros que há nos Estados Unidos, para as pesquisas. Estes provêm, muitas vezes, de fundações criadas para evitar o imposto de renda, sendo assim uma questão de organização de finanças, não de espírito de generosidade.

Finalmente, é da opinião de que cursos monográficos, dentro da fase de formação, não devem existir, pelo fato de não haver base para isso. A especialização, dentro dos anos de formação, redonda numa ilusão, para não dizer, numa farsa.

### **3 — RESPOSTAS AS EXPOSIÇÕES**

Iniciando, o relator concorda plenamente com certas críticas que realçaram sua falta de experiência.

### **A Professôra Cecília Maria Westphalen**

Para evitar confusões, propõe usar a palavra “treinamento” e não “especialização”, dentro do curso de formação.

Gostaria muito concordar com a Professôra Cecília Maria Westphalen em que deva ser pedido trabalho original para a obtenção da licenciatura. Mas não ousa, por enquanto, formular essa exigência, sendo, a seu ver, suficiente um bom trabalho com material de segunda mão.

### **Ao Professor Armando Souto Maior**

Além dos esclarecimentos iniciais sôbre as suas experiências e o método de expor, afirma o relator, citando seu próprio texto, que a medula do seu pensamento e do seu trabalho era mostrar que uma especialização deve ser gradual. Dentro da prova que quis construir, continua o relator achando que as experiências às quais aludiu valem como argumento.

Congratula-se com os resultados obtidos na Universidade de Pernambuco. O único receio que o relator tem é de que os alunos poderiam deixar de falar com tôda a franqueza (1).

### **Ao Professor Paulo Pereira de Castro**

Entusiasma-se para a idéia, expressa pelo Professor Paulo Pereira de Castro, de que a pesquisa é necessária à salvação do ensino, inclusive o ensino primário. O “ciclo infernal” de alunos da Faculdade mal preparados, saindo como professores de secundário e aí formando (uma vez que professores) alunos para a Faculdade, de maneira deficiente, deve ser quebrado nesta última instituição.

Constata com prazer que o professor insistiu em começar o treinamento para a especialização, o mais cedo possível.

Acha interessantíssima a idéia de fazer um estudo axial, que atrai vários pontos de interesse.

### **Ao Professor José Ernesto Ballstaedt**

Aplauda o depoimento sôbre o trabalho realizado em Minas Gerais, e constata que, às vêzes, o método adotado para isso concorda e completa o esquema por êle proposto.

---

(1) — Num aparte, o Professor Armando Souto Maior nega, alegando que a competição neutralizará necessariamente o perigo indicado.

Embora continue a julgar precoce exigir trabalho original dos alunos dentro do curso formativo, concorda plenamente que um trabalho de aluno, excepcionalmente bem feito, possa passar como tal.

#### **Ao Professor Padre Emílio Silva**

Pede esclarecimentos sôbre os recursos para o amparo à tese, (o Padre Emílio, num aparte, esclarece que os professores deveriam lutar para obter os recursos aludidos) e agradece.

#### **Ao Professor Fernando Sgarbi Lima**

Repete o que foi dito no início das respostas quanto à transplantação de soluções européias; não concorda com a objeção de que teria proposto uma especialização precoce e continua achando que o treinamento (preparatório à especialização), deve começar o mais cedo possível.

O perigo de “bárbaros especializados” existe, mas o perigo oposto existe também: é o de dar uma massa de cursos de generalidades.

No que concerne à falta de preparação do aluno para trabalhos de bibliografia, pensa ser melhor começar cedo, mesmo se os resultados não forem inteiramente satisfatórios, do que esperar até ser tarde demais.

Aplaudindo a proposta feita pelo Magnífico Reitor da Universidade do Brasil, entra na questão das relações entre Institutos — do tipo “Academias” — e a Universidadê. Normalmente, a especialização deveria ser feita nas Faculdades, embora o nome de “Instituto” possa servir para indicar uma subdivisão de Universidade.

Insiste, para terminar, na Unidade de uma Faculdade.

#### **A Professora Emília Tereza Alvares Ribeiro**

Concorda em que têrmos como “especialização” devem ser melhor definidos.

Agrada-lhe a afirmativa da professora de que se pode especializar em História Geral, inclusive. Mantém a opinião de que o treinamento deve começar nos cursos de formação, mes-

mo para os que se destinam ao magistério secundário, referindo-se aos argumentos apresentados no relatório.

Concorda com pesar que, para os que se destinam à especialização sobre a Idade Média, o latim seja a única língua que se possa tornar obrigatória, permanecendo o grego facultativo.

Não reconhece que, nos últimos anos, o Historiografia europeia permaneça na ficção de ter sido a Europa, em todos os tempos, o centro da História, pois, além do mundo muçulmano, deve considerar-se a História universal. Por outro lado, porém, pode falar-se ainda em “realidade ocidental”.

Como não possuímos, ainda, especialistas em cultura muçulmana, não podemos dar o devido realce àquela civilização.

#### **Ao Professor Othelo S. Laurent**

Entusiasma-se pela idéia do professor para que se faça um levantamento das possibilidades de especialização, dentro do Brasil. Apoia a idéia de que seja feito por intermédio da Associação dos Professores.

Congratula-se por ver comprovado que institutos brasileiros mantêm contactos frequentes com o exterior.

#### **Ao Professor Guy de Hollanda**

O relator concorda em que existem dificuldades lingüísticas para a especialização em História Antiga e Medieval, sobretudo na suposição de um curso único.

(Num aparte, o Professor Guy de Hollanda esclarece que não se deve confundir um curso tríplice, desde o começo até o fim, com uma especialização. Além disso insurge-se contra o curso único, que se defende às vezes com o argumento que seja necessário para a formação, o que constitui, a seu ver, uma mania de curso único).

#### **Ao Professor Eremildo Luiz Vianna**

Salienta mais uma vez que nunca tentou fazer um levantamento do que se realiza ou se omite no Brasil inteiro. Citou exemplos, de sua própria experiência, para alicerçar a argumentação.

Esclarece que, em vários países da Europa, especialmente na Bélgica, a plasticidade dos cursos universitários é inferior

ao que deveria ser; não tenciona propor isso como exemplo. Após dar a fonte de um exemplo citado no relatório para concretizar um seminário (1), insiste em que as Faculdades maiores comuniquem às outras suas experiências em curso e os resultados nelas obtidos.

#### **Ao Professor Francisco José Calasans Falcon**

Além de reportar-se ao início de suas respostas, o relator insiste em que seu intuito, ao referir-se a doações e recursos proveniente de particulares, foi o de demonstrar a obrigação de despertar o interesse geral e de dar começo às pesquisas, mesmo com recursos reduzidos. Lembra ao professor Falcon, que, além do exemplo da Austrália, citou o da Nigéria; tais exemplos foram lembrados para mostrar o interesse pela pesquisa, não para comparar as verbas nelas empregadas.

Concorda em que, nos cursos de formação, não se pode dar exclusivamente cursos monográficos, mas não em que devam ser excluídos.

### **4 — ÚLTIMAS INTERVENÇÕES**

#### **I — SOBRE A LIGAÇÃO ENTRE O RELATÓRIO E A REALIDADE BRASILEIRA**

**Professôra Olga Pantaleão** — não vê nada (no relatório) que possa suscetibilizar um professor brasileiro. O relator tem toda a liberdade para expressar seu pensamento, sendo brasileiro ou estrangeiro. Concorda com o primeiro ponto a Professôra Emília Tereza Alvares Ribeiro.

**Professor Eremildo Luiz Vianna** — insiste em que as críticas não foram feitas em torno do direito do relator em exprimir suas idéias.

**Professor Francisco José Calasans Falcon** — nega ter feito qualquer crítica à escolha do relator. Tampouco quis alicerçar as críticas num ponto de vista racial ou nacional, acentua.

---

(1) — O exemplo foi tirado do "Reallexikon für Antike und Christentum", Stuttgart, editado desde 1950, sob a direção de Th. Klauser.

Finalmente nega ter havido uma reação provocada por um complexo de subdesenvolvimento.

## II — SOBRE A PROCEDÊNCIA DAS COMPARAÇÕES FEITAS NO RELATÓRIO

**Professôra Olga Pantaleão** — acha que há procedência em comparar o Brasil e a Austrália, desde que não aceitemos que as diferenças em nível de vida criem um complexo de subdesenvolvimento que paralisa os esforços, mas sim um incentivo, como foi o intuito do relator.

**Professor Eremildo Luiz Vianna** — esclarece a questão, explicando a divergência entre a Austrália e o Brasil, pelo papel que teve o alto nível universitário da Inglaterra nas antigas colônias desse país.

**Professor Ricardo Román Blanco** — opina em que a legislação referente ao mecenato, é a mesma no Brasil que nos Estados Unidos. Apoia-o o presidente da mesa, Professor Rubens Borba de Moraes.

**Professor Francisco José Calasans Falcon** — aceita que haja dificuldades para a compra de livros, mas explica tais dificuldades como sendo parte de uma conjuntura econômica do país.

## III — SOBRE AS IDÉIAS EXPRESSAS NO RELATÓRIO

**Professôra Olga Pantaleão** — opina que o núcleo do trabalho do relator está em propor um método para treinamento gradual, fato que, considera, passou despercebido a alguns colegas, como se vê na crítica do Professor Francisco José Calasans Falcon.

**Professor Jorge Calmon** — adverte que não se deve excluir o tipo de exercício que consiste na exposição e debate sobre uma leitura, feita por um determinado aluno. Cita exemplos de professores das mais destacadas Universidade norte-americanas.

**Professor Fernando Sgarbi Lima** — congratula-se com o relator pela distinção treinamento-especialização. E' de opinião que essa última fique reservada para a pós-graduação.

**Professôra Emília Tereza Alvares Ribeiro** — insiste na significação do Mundo Muçulmano e concorda com a distinção mencionada.

**Professor Eremildo Luiz Vianna** — concorda que a verdadeira pesquisa fique para a pós-graduação, mas aceita um treinamento gradual.

**Professor Ricardo Román Blanco** — nem aceita o nome especialização, nem o de pós-graduação. Ao seu ver, na realidade, não passa aí de aprendizagem. Reconhece, porém, a utilidade desses cursos para despertar vocações científicas.

**Professôra Cécilia Maria Westphalen** — reafirma a possibilidade de se realizar pesquisa verdadeira, por parte dos alunos da Faculdade, citando o exemplo dos trabalhos nas jazidas arqueológicas de Vila Rica, efetuados pela Universidade do Paraná.

**Professor Francisco José Calasans Falcon** — esclarece que não foi sua intenção desmerecer a parte do relatório que dizia respeito a um treinamento gradual, mas, isso sim, que êsse deveria ser adaptado às realidades brasileiras. Afirma que gostaria que se discutisse em torno do que realmente existe e não do que deveria existir.

**Professôra Maria Clara Rezende Teixeira Constantino** — concorda plenamente que a determinação do “Seminário” deveria ficar limitada às reuniões científicas com alunos da pós-graduação.

#### IV — OUTROS ASSUNTOS

**Professor Jorge Calmon** — lembra a existência e explica brevemente o funcionamento de um Centro de Estudos Históricos, na Universidade da Bahia (o diretor é o Professor José Calasans Brandão da Silva).

**Professor Guy de Hollanda** — reitera seu apêlo em prol da defesa dos Arquivos Brasileiros, que devem possibilitar pesquisas muito mais acessíveis do que as efetuadas na História Antiga e Medieval, por exemplo.

**Professôra Maria Clara Rezende Teixeira Constantino** — apela, finalmente, para que não espere até a fundação de um

Instituto (único) de Estudos Históricos especializados, a fim de que pelo menos algumas universidades enveredem logo nesse caminho, embora, talvez, em estudos limitados, porém concretos.

## 5 — RESPOSTAS FINAIS

**Assunto II** — A única coisa que o relator quis realçar, ao comparar a Austrália com o Brasil, foi um exemplo de atitude mental e essa, sim, não depende de condições econômicas; urge iniciar a especialização, ainda que em pequena escala.

**Assunto III** — O próprio relator considera como essencial no seu trabalho, o caráter gradual e sistemático do treinamento. Regozija-se por não ter, praticamente, sido êsse ponto criticado.

Nunca aceitaria que se não discutisse o que “deveria existir”, pois crê no aprimoramento do ensino e no progresso científico, que dependem de uma visão do futuro.

**Assunto IV** — Compromete-se a apoiar qualquer movimento para preservar os Arquivos Brasileiros. Agradece a todos pelos depoimentos, e especialmente ao Professor Jorge Calmon, e congratula-se pelas possibilidades já existentes de ensino de alto nível no Brasil.